



PARTIDO SOCIALISTA

SECRETARIADO DA ZONA CENTRO

RUA OLIVEIRA MATOS 21 — TELÉF. 23911 — COIMBRA

O jornal "REPÚBLICA" resistiu ao fascismo durante 48 anos. No seu seio foram albergados todos os resistentes anti-fascistas sem discriminações, em todos os sectores profissionais desde a Redacção até aos escritórios, à contabilidade e à tipografia. As remunerações dos tipógrafos e empregados eram as mais elevadas da imprensa periódica portuguesa. Basta dizer que um tipógrafo ganhava 11.800\$00, um chefe de secção 18.000\$00, e director comercial — o senhor Belo Marques — 21.500\$00, e o seu adjunto (actual "líder" da chamada comissão de trabalhadores), senhor Delmar, 18.500\$00 mensais, enquanto um redactor ganhava 11.000\$00, ou seja, menos que um tipógrafo (note-se que parte da Redacção, ou seja, os repórteres e os estagiários, ainda ganhavam menos que os redactores). Alguns gráficos trabalhavam simultaneamente na "República" e noutros jornais, como o "Diário de Notícias", pelo que os seus ganhos eram ainda superiores.

Em fins de mês de Abril, um grupo de redactores "pêços" saiu da "República" para ocupar lugares similares noutros jornais que recentemente tinham sido "menopelizados" pelo P.C., tais como o "Diário de Notícias" e o "Século". Nessa altura passou a haver indícios de que essa retirada do grupo pêço da redacção se destinava a preparar uma ofensiva contra a "República". E assim aconteceu.

Como é do conhecimento de todos, em 19 de Maio saiu uma edição pirata da "República". Raúl Rego, Director da "República" e os redactores foram sequestrados e "defenestrados". As instalações da "República" foram ocupadas por "gerilas" armadas. E através destes processos, de carácter puramente fascista, saiu o número pirata da "República", nele figurando como Director o senhor Belo Marques.

Em consequência da viva indignação que estes actos de vandalismo contra-revolucionário provocaram, as instalações da "República", "foram seladas".

Seguiu-se então uma longa crise no decurso da qual se verificaram os seguintes factos:

a) O Conselho da Revolução decidiu que o jornal "República" tinha que ser entregue à direcção e redacção, a quem competia a sua orientação ideológica, nos termos da lei de imprensa;

b) De modo idêntico decidiu o Conselho de Imprensa;

c) O Senhor Presidente da República afirmou em França que o caso "República" já estava resolvido (sic), assegurando assim publicamente o respeito pela legalidade revolucionária;

d) O Senhor Almirante Rosa Coutinho e os Comandantes, Senhores Correia Jesuino e Rui Montês (Ministro da Comunicação Social e Director Geral da Informação) afirmaram, repetidas vezes, que o caso "República" era um caso sem importância e que o seu alcance fora "ignobilmente" explorado.

Contrariamente a todas estas afirmações e compromissos, verificou-se, não obstante, que hoje saiu mais uma edição pirata da "República" avalizada pelo nome de um oficial do Exército que nele figura como Director.

Desde há dias que as instalações da "República" foram ocupadas por

grupos civis, alheios à "República", armados de G.3 e que, segundo se diz, pertencem a conhecidas milícias partidárias. Aos redactores, directores e administradores da "República" sempre foi proibida a entrada na "República".

Aqui se conclui que:

- a) a palavra do Presidente da República não foi respeitada;
- b) a decisão do Conselho da Revolução não teve qualquer alcance nem significado real;
- c) a decisão do Conselho de Imprensa foi ignorada; e
- d) as declarações do Sr. Almirante Rosa Coutinho e Srs. Comandantes Jesuino e Montês necessitarão de ser valorizadas devidamente pela forma que cada um julgar mais adequada.

Por isso mesmo, o Secretariado do Partido Socialista decidiu que os seus Ministros e Secretários de Estado cessassem imediatamente as suas funções no Governo.

Só as retornarão se:

- a) a palavra do Presidente da República for confirmada pelos factos;
- b) a decisão do Conselho da Revolução for cumprida.

A aliança entre as forças políticas portuguesas no seu caminho para uma democracia socialista pluralista tem que se basear no cumprimento dos pactos entre elas firmados e no respeito pela palavra empenhada. De outro modo, não se caminhará nem para a democracia nem para o socialismo.

Não há Estado sem autoridade. Nem há revolução sem autoridade revolucionária.

Lisboa, 10 de Julho de 1975.

O Secretariado do Partido Socialista

Edição da Federação Distrital de Coimbra